

HABERMAS E AS APROPRIAÇÕES CULTURAIS DAS TICs: RUMO A CIBERESFERAS PÚBLICAS?

HABERMAS AND THE CULTURAL APPROPRIATIONS OF THE TICs: TOWARD PUBLIC CYBERSPHERES?

Marco Antônio de Almeida*

recebido: 09/2012

aprovado: 10/2012

Resumo: O artigo aborda a atualidade da esfera pública em Jürgen Habermas. Discute o diálogo entre Habermas e o conceito de indústria cultural, tece críticas a esse conceito considerando possibilidades do uso das tecnologias de informação e comunicação, e analisa perspectivas e desafios da constituição de uma esfera pública contemporânea baseada em redes sociotécnicas.

Palavras-Chave: Esfera Pública. Cultura. Política. Redes Sociais. Tecnologia.

Abstract: The article discusses the actuality of the public sphere in Jürgen Habermas. Discuss the dialogue between Habermas and the concept of cultural industry, criticizes this concept considering the possibilities of the use of information and communication technologies, and analyzes prospects and challenges of the constitution of a contemporary public sphere based on socio-technical networks.

* *Doutor em Ciências Sociais, Professor do PPGCI-ECA/USP e do curso de Ciência da Informação e Documentação da FFCLRP-USP. m@il: marcoaa@ffclrp.usp.br*

Keywords: Public Sphere. Culture. Policy. Social Networks. Technology.

1. Introdução: Habermas, a esfera pública e a cultura

O termo esfera pública é tão comum nos estudos de mídia e política contemporâneos que muitas vezes se esquece sua genealogia, inicialmente relacionada à formação dos Estados-Nação, à constituição de processos de legitimação dos mesmos em paralelo à montagem de uma arena pública e civil de debates políticos entre os cidadãos, em oposição a uma lógica puramente mercantil ou do poder constituído. O pensamento político alemão do século XX trouxe importantes contribuições para essa discussão, com as reflexões de Max Weber, Ferdinand Tönnies, Karl Jaspers e Hannah Arendt, sendo sua formulação mais discutida e reconhecida nas últimas décadas aquela proposta por Jürgen Habermas.

Pretendemos, no decorrer deste texto, dialogar de maneira crítica com algumas das formulações de Habermas, tendo em vista a realidade contemporânea da presença cada vez mais intensa das tecnologias de informação e comunicação (TICs) no cotidiano dos indivíduos, empresas, aparatos estatais e organizações da sociedade civil. Em que medida essa presença, e as redes que as TICs viabilizam e sustentam, conferem novos sentidos e possibilidades para a constituição de uma esfera pública de características inéditas? Qual a natureza das ações comunicativas encetadas nessas redes? Qual o potencial emancipatório desses processos? Estas são algumas questões extremamente complexas, que obviamente não terão a possibilidade de serem examinadas a contento no espaço desse texto. Buscaremos, mais modestamente, traçar um esboço inicial de reflexões ainda em curso, que merecerão, com certeza, novos aprofundamentos. Começaremos, portanto, mapeando as questões centrais do pensamento habermasiano que constituirão o foco de nossa atenção.

Em seu estudo clássico publicado originalmente em 1962, *Mudança estrutural na esfera pública*, Habermas apontava como a expansão do sistema mercantil-financeiro em fins da Idade Média envolveu tanto a troca de mercadorias como a de informações. O surgimento das bolsas, dos correios e da imprensa são sintomas da institucionalização desses canais de circulação de informações e crédito, constituindo uma ampla rede horizontal de dependências, que não se deixam mais ordenar nas relações verticais do sistema feudal.

Correlatamente, os ainda incipientes Estados-Nação possuíam interesses na divulgação de informações, não só para a coordenação da administração e ocupação do território, como também para a legitimação de seu poder. Habermas analisa a imprensa como instituição emergente e característica desse processo de consolidação da modernidade; complementarmente, também demonstra que a troca de informações não se desenvolve *apenas* em relação às necessidades de intercâmbio comercial, apesar de sua ligação intrínseca com o mesmo, já que as informações transformam-se elas mesmas em mercadoria. As novas autoridades servem-se da imprensa para tornar conhecidos os decretos e as portarias, tornando-a útil, portanto, aos interesses da administração da *res publica*.

O alvo do poder público passou a constituir-se, então, verdadeiramente num “público”. Embora não atingisse a maioria da população, dirigindo-se efetivamente às camadas burguesas cultas, criou-se com esse movimento uma zona “crítica”, distinta, de um lado, do próprio poder público e, ao mesmo tempo, da esfera privada do poder doméstico. Estabeleceu-se assim um fórum onde pessoas privadas se relacionavam entre si numa esfera pública regulamentada pela autoridade, mas, ao mesmo tempo, “diretamente contra a própria autoridade, a fim de discutir com ela as leis gerais da troca na esfera fundamentalmente privada, mas publicamente relevante, as leis do intercâmbio e do trabalho social” (HABERMAS: 1984, p.42).

Ressalta, na análise de Habermas, o papel decisivo jogado pelos processos culturais que se deslocam de sua vivência ainda na esfera do privado para uma reflexão que aos poucos se socializa e produz inflexões sobre a esfera política. A revolução moral e política resultante do processo de formação e autonomização da subjetividade burguesa no século XVIII torna-se o fio condutor de *Mudança estrutural na esfera pública*. O novo sujeito que emerge desse processo é aquele que aprende a lidar reflexivamente com suas experiências – inicialmente, com as experiências ligadas ao universo íntimo e privado da família. Os meios artísticos que surgem nesse período (particularmente a literatura, na vertente do romance psicológico) permitem a expressão das necessidades e anseios vivenciados nesse universo, de uma inédita experiência do privado. Constitui-se, assim, uma esfera pública literária que passa a refletir, sob as novas condições, as experiências de autocompreensão dos sujeitos e os dramas da vida interior. Como salienta Jessé Souza (1998a), o que importa a Habermas é que a constituição dessa esfera pública literária, ao mesmo tempo em que permite a constituição de uma subjetividade liberta das amarras da tradição a partir dos processos vivenciados na esfera pública literária que tematizam a construção consciente da vida interior, possibilitará, por similaridade, a constituição de uma esfera pública política capaz de tematizar os fundamentos da vida social e pública segundo um novo patamar de racionalidade. Em ambos os casos, idealmente é a partir de *argumentos* que a discussão se constrói de forma legítima, o que sinaliza o reconhecimento de um poder próprio e específico à comunicação (ou, mais precisamente, à força performativa comunicacional dos sujeitos).

Por outro lado, dando curso ao desenvolvimento dessa argumentação na obra de 1962, Habermas apontava também para a dissolução progressiva da esfera pública burguesa a partir do século XIX. Para este fato, concorrem basicamente três fatores: 1- o comprometimento da autonomia do universo familiar pelo aumento

da intervenção estatal que ele passa a sofrer; 2- a transformação da imprensa em grande indústria, dentro de uma lógica mercantil; 3- a constituição de uma indústria cultural (nesse ponto, Habermas ainda segue os pressupostos dados pela Escola de Frankfurt, especialmente na formulação clássica de Adorno e Horkheimer). Já é possível perceber, aqui, um diagnóstico dos problemas e das “patologias” da Modernidade, que será aprofundado vinte anos depois na empresa de formulação da teoria da ação comunicativa. Habermas sinaliza, portanto, no conjunto de sua obra, para a “colonização” do mundo da cultura e da sociedade não-institucionalizada por parte dos princípios organizativos do Estado e da economia capitalista — o que será descrito, em elaborações teóricas posteriores, baseadas numa concepção dual de sociedade, nos termos da oposição entre mundo da vida e mundo dos sistemas.

As concepções de Habermas tiveram, ao longo dos anos, uma ampla série de críticas, com maior ou menor consistência, que não poderemos examinar com a devida atenção aqui, concentrando-nos apenas nas que dialogam diretamente com os objetivos desse texto¹. Porém, antes de mais nada, vale ressaltar a importância do pensamento habermasiano, em que pesem as críticas a ele dirigidas, na medida em que se impôs como ponto incontornável do debate contemporâneo sobre a ação política e o espaço público. Jessé Souza sintetiza com precisão um dos aspectos que confere essa centralidade ao pensamento de Habermas:

Não é a negação da existência e recorrência da violência e da manipulação em todas as relações humanas, da mais pública a mais privada, que confere sentido à sua hipótese. É apenas o fato de que o mundo real cotidiano, com todas as suas iniquidades e injustiças, não é apenas violência e dominação. O que temos aqui, na realidade, é um desenvolvimento da tese central de *Mudança Estrutural*, ou seja, o fato de que a partir do século

XVIII o poder passa a ser definido como um amálgama indissociável de violência, manipulação de sentidos *e, agora também*, de convencimento. Que esse potencial de convicção íntima, baseado em argumentos racionais, não seja o fator determinante, não é decisivo para o argumento habermasiano. Decisivo é meramente que ele exista *em alguma medida*, posto que a admissão da sua existência remete à possibilidade de um *processo de aprendizado tanto moral quanto cognitivo* na esfera política (SOUZA: 1998a, p. 154, grifos do autor).

Interessa-nos aqui, sobretudo, examinar algumas nuances dessa concepção, especialmente no que diz respeito à adoção do conceito de indústria cultural cunhado por Adorno & Horkheimer, que foram alvo de diversas críticas e merecem algumas considerações específicas.

2. Indústria cultural, pensamento tecnocrático e emancipação

A gênese do conceito de indústria cultural, tal qual formulado pela Escola de Frankfurt, remete à leitura da apropriação de G. Lukács das teses de Weber acerca das tendências de racionalização e burocratização do mundo moderno. Apropriando-se das teses weberianas, ao mesmo tempo em que mantinha as categorias marxistas fundamentais da crítica da economia política, Lukács localizará no fetichismo da mercadoria o fenômeno mais geral da sociedade capitalista, considerando tarefa da análise crítica o seu desmascaramento. Essa apropriação lukacsiana será seguida e aprofundada por Adorno e Horkheimer (1985) na obra *Dialética do Esclarecimento*, publicada em 1947, na forma de denúncia da absolutização da razão instrumental no mundo contemporâneo, que sufocaria a razão iluminista e suas aspirações de autonomia.

Em *Mudança estrutural na esfera pública*, Habermas dá continuidade ao tom desencantado de Adorno (do qual fora assistente entre 1956 e 1959). Nessa obra ele corrobora, sem maiores questionamentos, o diagnóstico de Adorno acerca da Modernidade, e o processo implicado de constituição e ascensão da indústria cultural, que, a seu ver, constituirá um dos fatores de corrosão da esfera pública burguesa a partir do século XIX. Entretanto, ao analisar as especificidades do capitalismo e a modernidade ocidental em suas ambigüidades constitutivas, em algumas passagens Habermas deixa entrever aquela que será, possivelmente, a sua principal discordância com o pensamento frankfurtiano: a possibilidade de constituição de potenciais formas de convivência social com validade universal no decorrer desse processo. O aprofundamento e justificação desses *insights* já presentes na obra de 1962 é que darão origem, vinte anos depois, às formulações em torno da teoria da ação comunicativa:

A questão para Habermas passa a ser perceber uma lógica de desenvolvimento ocidental que não se reduza ao aspecto técnico-instrumental, por um lado, nem às formas tradicionais de moralidade particularistas de fundo metafísico ou religioso por outro. A teoria da ação comunicativa representa, exatamente, a tentativa de captar a possibilidade de solidariedade na sociedade moderna a partir de uma análise imanente. A estrutura da ação comunicativa pretende captar a presença do interesse geral no interesse particular, na medida em que vincula a teleologia típica à toda a ação com a necessidade de consenso (SOUZA: 1998b, p. 33).

Essa empreitada passa por momentos intermediários, um dos quais pode ser localizado no texto de 1968, “Técnica e ciência como ideologia” (HABERMAS, 1980). Esse trabalho, não por coincidência, inicia-se com uma análise da importância da absorção do conceito de racionalidade de Max Weber na obra de outro

representante da Escola de Frankfurt, Herbert Marcuse, em homenagem ao qual o texto foi escrito. Habermas analisa as implicações materiais da absorção desse conceito formal de razão, para, em seguida, examinar a passagem das sociedades tradicionais à sociedade industrial, buscando captar o que esse processo propiciou em termos de aprendizado moral, algo que deveria ser identificado (e preservado) no plano da ação política. No seu diagnóstico, ressalta a dominação ideológica sob as condições de uma comunicação deformada, que gera uma despolitização da massa, legitimada pela consciência tecnocrática:

O núcleo ideológico dessa consciência é a *eliminação da diferença entre práxis e técnica* – um espelhamento, mas não o conceito de uma nova constelação que envolve, por um lado, o quadro institucional que perdeu sua força, e, por outro lado, os sistemas do agir racional-com-respeito-a-fins, que se tornaram independentes. A nova ideologia fere, portanto, um interesse que se prende a uma das duas condições fundamentais da nossa existência cultural: a linguagem, ou mais precisamente, a forma de socialização e de individuação determinada pela comunicação na linguagem corrente. Esse interesse se estende tanto à manutenção de uma intersubjetividade de compreensão mútua como à produção de uma comunicação livre de dominação (HABERMAS: 1980, p. 337, grifos do autor).

A solução proposta para esse impasse situa-se, ainda, nos moldes tradicionais do marxismo ocidental ao qual Habermas se vincula, e que aponta para uma democratização dos aparelhos institucionais. Nos desdobramentos posteriores de sua obra em direção à formulação da teoria da ação comunicativa, Habermas irá substituir a explicação hermenêutica da comunicação humana (ainda presente no texto de 1968) por uma teoria dos significados e das

situações de fala que irá denominar de “pragmática universal”, além de incorporar contribuições de Piaget e da teoria dos sistemas (SOUZA, 1998b). A existência da racionalidade comunicativa aponta para uma competência comunicacional *passível* de se efetivar nas sociedades modernas, sendo sua realidade uma questão empírica que depende das condições contextuais e das forças políticas em questão. Habermas irá associar a possibilidade de emergência de uma razão comunicativa justamente ao mundo moderno: “a racionalidade comunicativa é vista, nesse sentido, como apenas possível num contexto pós-tradicional, meramente procedural, refletindo uma forma de lidar com reivindicações valorativas, sendo antes uma atitude do que um conteúdo” (SOUZA: 1998a, p. 152). O avanço possibilitado por Habermas é que sua teoria abre a possibilidade de se pensar formas de solidariedades pós-tradicionais, diferentemente das teorias críticas weberianas e frankfurtianas de um “mundo desencantado”, que obliteravam essa possibilidade com base na percepção de uma razão instrumental que havia tornado-se totalitária e destruído os laços sociais tradicionais. Embora o poder vinculador seja inerente à comunicação humana, será apenas na Modernidade (com sua atitude crítica em relação à tradição) que o diálogo — pensado idealmente como interação fundada em “argumentos racionais” buscando o consenso — pode tornar-se fonte *per se* de laços sociais.

A atividade política é vista, nessa ótica, como fruto da articulação entre espontaneidade social e eficácia institucional. Ora, o lugar social por excelência da prática comunicativa é o espaço público político, em oposição ao espaço institucional das rotinas burocráticas (é possível perceber aqui a oposição mundo da vida x mundo dos sistemas). Entretanto, esse espaço público, como apontado pelo próprio Habermas na obra de 1962, está “colonizado” pela lógica dos aparatos institucionais de comunicação. Este é um ponto que não escapou a seus críticos — e nem ao próprio autor —, como veremos a seguir.

3. As TICs e a possibilidade de emergência de um novo tipo de esfera pública

Para Souza (1998a), Habermas, ao buscar refletir sobre seu modelo de ação comunicativa a partir de contextos pragmáticos, é obrigado a repensar a categoria de *influência*. Essa categoria, pensada anteriormente como apartada da lógica comunicativa do convencimento, pertencendo à esfera sistêmica, sofre um deslocamento. Na medida em que reflete sobre uma sociedade midiática, na qual é impossível (a não ser muito idealisticamente) tomar o modelo da *ágora* grega para pensar-se a relação entre entendimento e convencimento, Habermas acaba por vincular a categoria de influência ao convencimento (embora instaure uma oposição, não muito clara, entre influência legítima e ilegítima). Desse modo,

[...] Habermas admite a conjunção de poder e prestígio, categorias não comunicativas, como definindo em última instância a seletividade dos temas abordados e de como e em que medida os mesmos são tematizados na esfera pública. Esse seria o conteúdo de verdade do conceito de indústria cultural. Essa admissão, no entanto, não compromete a hipótese básica da eficácia de uma racionalidade não restrita a poder, manipulação e instrumentalidade, na medida em que, mesmo que a relação de temas controversos seja uma função dos recursos prestígio e poder, a capacidade de construir consensos, em um contexto minimamente pluralista, depende, sempre, em alguma medida, de *convencimento* (SOUZA: 1998a, p. 158, grifo do autor).

Souza chama a atenção para o que lhe parece central nessa argumentação de Habermas: a tematização de uma vontade coletiva

não restrita à rotina dos sistemas ou à manipulação dos meios de comunicação: “Poder e prestígio entram em cena *depois*, como tentativa de canalizar problemas de acordo com seus interesses. A mídia nunca cria, apenas *manipula* sentido, o qual lhe é pré-existente” (SOUZA: 1998a, p. 159, grifo do autor).

Embora a abordagem de Habermas conceda um espaço maior e alguma margem de manobra aos indivíduos na sua relação com a mídia, seu pensamento ainda é tributário das insuficiências do conceito de indústria cultural dos frankfurtianos, especialmente no tocante ao caráter unilateral e condutivista pressuposto na idéia de “manipulação”. A crítica a essa concepção já foi realizada a contento por diversos autores, que apontam o papel ativo dos sujeitos na construção dos sentidos das mensagens transmitidas pelos meios de comunicação (ECO, 1979; MARTÍN-BARBERO, 1997; HALL, 2003) e não caberia aqui retomá-las. Talvez valha lembrar, apenas, que a realidade “interativa” dos novos meios (em que pesem suas limitações concretas nos contextos pragmáticos) reforça-as ainda mais.

Uma outra vertente crítica, mais recente, abre perspectivas instigantes para se refletir sobre essa questão. Se tomarmos a fórmula inicialmente proposta pelo próprio Habermas para caracterizar a esfera pública, como sendo a esfera dos privados reunidos como público, teremos uma nova condição social, pública e privada ao mesmo tempo, resultante da soma dos interesses particulares da burguesia, portadora de uma racionalidade jurídica e coletiva distinta da racionalidade do Estado, mas, ao mesmo tempo, em interação com a mesma. Habermas situa essa mudança no século XVIII, decorrente dos processos socioeconômicos e culturais mencionados anteriormente. Para historiadores como Peter Burke e Asa Briggs (2004), entretanto, essa ruptura iniciou-se antes, sendo possível reconhecer seus primórdios no século XVI, com a invenção da imprensa por Gutenberg. Essa perspectiva acrescenta mais uma dimensão importante à análise, envolvendo a questão tecnológica e

mediática, apontando para as relações estreitas entre o advento da subjetividade moderna, a emergência do público e a *base técnico-material da revolução comunicativa* realizada pela imprensa. Desse modo, ao ressaltar o papel da imprensa, os autores afirmam que

A impressão gráfica facilitou a acumulação de conhecimento, por difundir as descobertas mais amplamente e por fazer com que fosse mais difícil perder a informação. Por outro lado, como ressaltamos acima, a nova técnica desestabilizou o conhecimento ou o que era entendido como tal, ao tornar os leitores mais conscientes da existência de histórias e interpretações conflitantes (BRIGGS; BURKE, 2004, p. 76).

Os autores afirmam “trabalhar tanto a favor quanto, de alguma forma, contra a idéia do surgimento da esfera pública associada ao pensamento de Jürgen Habermas” (p. 109). Desse modo, saúdam a importância do estudo de Habermas, especialmente no que consideram como sua visão da mídia como um sistema (que incluiria jornais, cafés, clubes e salões), no qual elementos distintos trabalhariam em conjunto. Briggs e Burke mostram como a obra habermasiana de 1962 enfatiza a transformação estrutural dessa esfera, sua “não-instrumentabilidade” (a liberdade em relação à manipulação) e a contribuição que ela fornece para o aparecimento de atitudes racionais e críticas no debate público. Contudo, não deixam de registrar as críticas dirigidas ao autor, como uma concepção histórica idealizada, a ênfase em realçar demais o que ele denomina de “caso-modelo” da Grã-Bretanha em detrimento de outros lugaresⁱⁱ, a pouca atenção dispensada aos grupos que na prática estavam excluídos do debate (mulheres e homens comuns), etc. Entretanto, o que interessa-nos salientar é a perspectiva aberta de refletir que o processo de surgimento de um novo conceito de público também necessita ser pensado em relação a um fato tecnológico (no caso, a invenção da imprensa).

Em retrospecto, na época, a impressão com tipos móveis realizada por empreendedores independentes parece uma combinação explosiva, embora uma proporção substancial da atividade estivesse ligada a atividades econômicas não relacionadas com o surgimento da mídia. O fracasso dos governos europeus em controlar totalmente o que se imprimia levou a outros desenvolvimentos em termos de comunicação, começando com o transporte e, em pouco tempo, chegando à industrialização movida a vapor, no que foi considerado como uma verdadeira “revolução”. [...] A tecnologia nunca pode ser separada da economia, e o conceito de revolução industrial precedeu o de revolução da comunicação – longa, contínua e eterna. O segundo conceito, claramente formulado apenas no fim do século XX, já tinha começado a tomar forma no século XIX (BRIGGS & BURKE: 2004, p. 110/111).

O processo de ampliação dos debates públicos e a emergência de novas formas de sociabilidade informativa correlacionadas estariam intimamente ligados, portanto, ao processo das revoluções na comunicação, culminando com o advento da mídia eletrônica e, mais contemporaneamente, com as TICs. Aqui há de se fazer justiça ao pensamento frankfurtiano (em suas diversas vertentes, de Adorno a Benjamin), um dos primeiros a explorar o papel social da técnica. Entretanto, os frankfurtianos (especialmente no caso de Adorno), ao reduzirem a técnica à mera expressão de dominação, reduziram, em sua análise, o papel dos meios de comunicação unicamente à sua utilidade instrumental, fazendo coincidir forçosamente a natureza da comunicação à sua finalidade de alienação. Estudos posteriores, especialmente no campo das ciências sociais e da comunicação, que beberam nessa vertente, de alguma maneira reforçaram essa identidade, ao acionar conceitos como “multidão”, “público”,

“massa”. Por outro lado, com o pleno desenvolvimento da “sociedade de massa” e de suas contradições, outros autores colocaram em discussão esses pressupostos, pondo em xeque a concepção puramente instrumental da mídia e o próprio conceito de sociedade de massaⁱⁱⁱ. De um modo geral, em maior ou menor grau esses estudos apontam para a importância estratégica das tecnologias de comunicação e informação para a construção do *ethos* e das visões de mundo nas nossas sociedades. Propõem, em seu conjunto, uma superação da concepção instrumental das tecnologias comunicativas, ao mesmo tempo em que recusam uma concepção mecanicista das mesmas (que tradicionalmente reduzia as análises aos conteúdos e funções persuasivas dos meios).

Na contemporaneidade, assistimos à passagem das tecnologias analógicas às tecnologias digitais, o que traz implicações no processo de repasse das informações, alterando a direção dos fluxos comunicativos. Antes tínhamos um modelo que se exprimia pelo repasse das informações originadas de um emissor em direção a um receptor, por meio da emissão de um fluxo unilateral distribuído por um canal potencialmente afetado pela intervenção de ruídos^{iv}. Já no modelo digital, o que se percebe é um processo comunicativo em rede e interativo. A distinção emissor/receptor dá lugar a uma interação de fluxos comunicacionais e informacionais entre o sujeito e as redes, fruto de uma navegação única e individual, que produz um processo comunicativo rizomático entre arquiteturas de informação (redes sociais, sites, blogs, etc.), conteúdos e pessoas/grupos. Segundo alguns autores, essa mudança é tão profunda que afeta a própria organização social. Para Manuel Castells (2003, p. 286) “a Internet não é simplesmente uma tecnologia; é o meio de comunicação que constitui a forma organizativa de nossas sociedades; é o equivalente ao que foi a fábrica ou a grande corporação na era industrial.” Para o autor catalão, a especificidade da atual sociedade é que sua organização em rede, ao mesmo que constitui a sua base material e tecnológica,

permite o desenvolvimento de uma série de novas formas de relação social que não têm sua origem na Internet, que são frutos de uma série de mudanças históricas anteriores, mas que não poderiam desenvolver-se sem a Internet. Cabe perguntar, portanto, em que medida a internet reconfigura a idéia de espaço público.

Para Castells, o desenvolvimento de projetos individuais nas sociedades contemporâneas encontra na Internet a possibilidade de uma extensão dos limites físicos do cotidiano, gerando comunidades/redes de afinidades. Há uma tendência de diminuição da sociabilidade de base comunitária física tradicional. A “privatização” da sociabilidade (a sociabilidade entre pessoas que constroem laços eletivos) é facilitada pela Internet, que potencializa a formação desses laços. O êxito das comunidades virtuais está relacionado, em geral, ao fato delas estarem voltadas para a execução de tarefas ou perseguir interesses comuns. Há uma forte tendência na sociedade de um salto dos movimentos sociais organizados para os movimentos sociais em rede. Os movimentos sociais tendem a se estruturar cada vez mais em torno de valores e de códigos culturais, e a Internet permite a disseminação de idéias e manifestos num amplo âmbito com extrema velocidade^v. Na medida em que o poder se estrutura cada vez mais globalmente e a ação/vivência das pessoas tende a ser local, a Internet fornece a conexão local-global para a interação dessas duas ordens (novas formas de *controle* e de *mobilização social*). Por outro lado, a crise das organizações políticas tradicionais, como os partidos, leva a uma utilização da Internet por eles muito mais como via de comunicação de mão única do que propriamente como uma *ágora* eletrônica que permitisse a participação e interatividade dos cidadãos. Porém a internet não é uma solução em si, mas um instrumento, um aparato cultural que se molda pela ação dos sujeitos. Castells salienta:

[...] a idéia de que a sociedade molda, a Internet converte-se em um instrumento dinâmico de mudança

social; lá onde existe burocratização política e política estritamente midiática de representação cidadã, a Internet é simplesmente um quadro de anúncios. É preciso mudar a política para mudar a Internet e, então, o uso político da Internet pode converter-se em uma mudança da política em si mesma (CASTELLS: 2003, p. 280).

As redes sociotécnicas instalam uma forma comunicativa constituída de fluxos e trocas de informações “de todos para todos”. Nesse sentido, abrem a possibilidade de se alcançarem livremente consensos racionais entre indivíduos e/ou grupos, para além de todas as limitações empiricamente observáveis (mediante o exercício de uma análise crítica, para a qual Habermas busca contribuir). Proporemos a seguir um breve exercício nesse sentido, pensando na apropriação cultural das plataformas sociais e seu potencial para o desenvolvimento de políticas culturais^{vi}.

4. Apropriações político-culturais da tecnologia e perspectivas emancipatórias

A comunicação mediada pelo computador muda profundamente as formas de organização, identidade, conversação, difusão e mobilização social. A observação dos “rastros” deixados pelos usuários através da interação e da comunicação que estabelecem com outros atores, permite o reconhecimento dos padrões de conexão entre eles, “e como essas interações mediadas são capazes de gerar fluxos de informações e trocas sociais que impactam essas estruturas” (RECUERO: 2009, p. 22). Embora diversos autores sugiram que relações mediadas pelo computador restringem o contato social mais íntimo, permitindo apenas os relacionamentos pautados em laços mais fracos, a autora afirma que a Internet, ao criar novos espaços de interação, proporciona a

desterritorialização dos laços sociais, flexibilizando a criação e manutenção de relações fortes e múltiplas, mesmo a grandes distâncias, principalmente em grupos que utilizam vários suportes para interagirem, facilitando assim a manutenção e, em alguns casos, o aprofundamento desses laços.

As relações sociais que se estabelecem no interior de comunidades (inclusive no ciberespaço) geram um capital social que varia de acordo com a intensidade do relacionamento entre os indivíduos, a confiança interpessoal e o compartilhamento do perfil cognitivo gerado através da reciprocidade dos relacionamentos. Segundo Costa (2005), capital social significa a coerência cultural e social no interior dos relacionamentos pessoais, governado pelas normas e valores estabelecidos por eles próprios. Constitui-se por um conjunto de elementos cognitivo-organizativos, tais como confiança mútua, normas de reciprocidade e solidariedade, e também elementos estruturais, como o engajamento em redes de associação, o que facilita a coordenação e cooperação de ações coletivas para o alcance de benefícios mútuos, ao melhorar o fluxo de informação, encorajando a interação e interconexão das relações sociais.

Vale aqui, talvez, acrescentar algumas das observações de John Keane (1996) ao conceito de esfera pública habermasiano. O autor parte do diagnóstico de que a hegemonia do Estado em relação à vida pública, mediada pelos meios de comunicação tradicional, está chegando ao fim. Essa erosão se deve à crescente multiplicidade de espaços de redes de comunicação, que não estão diretamente ligadas ao território nacional, e que, portanto, fragmentariam qualquer tentativa de construção de algo que se parecesse com uma esfera pública única e espacialmente integrada dentro do Estado-Nação. Nesse sentido, ele faz uma distinção entre microesferas públicas (onde os indivíduos interagem, às centenas ou mesmo milhares, no nível de sub-Estado-Nação); as medioesferas públicas (interação aos milhares, no nível de estrutura do Estado-Nação); as macroesferas públicas (contando com milhares ou milhões de pessoas nos níveis

supranacional/global de interação). Keane ainda estava pensando nos meios de comunicação tradicionais, como jornais, redes de TV a cabo ou conglomerados de transnacionais de mídia, mas se estendermos sua lógica (não necessariamente a abrangência) para as redes digitais, a distinção permite perceber dinâmicas concretas. Essa percepção aponta para o pluralismo e para certos graus de desterritorialização da vida pública. Porém, como ele mesmo observa,

Falando empiricamente, poder-se-ia dizer que as esferas públicas discutidas neste ensaio não são apenas espaços separados, como as categorias, micro, médio e macro esferas públicas sugerem; que, ao invés, se parecem com um sistema modular de redes justapostas definidas pela falta de diferenciação entre as esferas. [...] Mas isso não significa que os limites entre as esferas públicas de tamanhos diferentes são obliterados completamente (KEANE: 1996, p. 25).

Faremos referência aos dados de uma pesquisa que envolveu a observações de alguns casos de mediação cultural a partir de plataformas sociais focadas na preservação e disseminação de conteúdos relacionados às práticas culturais populares, e que apresentassem como características principais a troca de idéias, informações e experiências de forma democrática e participativa (ALMEIDA & FERNANDES, 2011). A coleta de dados cobriu diferentes plataformas relacionadas a conteúdos e tamanhos diversos (podendo ser consideradas miniesferas e macroesferas públicas, nos termos de Keane), mas que abarcavam o tema proposto. A pesquisa levou em conta a atualidade dos comentários, o tempo de duração da conversação, se ela manteve-se centrada em finalidades específicas ou se serviu somente para prolongar a conversa como forma de se “manter visível” para os outros usuários, além de outras características relacionadas aos motivos de seu início e fim. A análise

centrou-se nos processos comunicativos observados, resultando em deduções quanto à participação dos usuários na proposta do portal, as estratégias empregadas nos processos comunicativos e os sentidos envolvidos no relacionamento com os outros atores.

O primeiro caso analisado foi o *Portal Capoeira* – com quinhentos e noventa e nove membros – editado pelo professor Luciano Milani, com a colaboração de cineastas, jornalistas, pesquisadores, com o objetivo de divulgar as várias manifestações da capoeira. O conteúdo do portal é baseado em artigos, vídeos, fotos, crônicas e músicas, além de apresentar notícias, eventos, entrevistas e fóruns de discussão sobre o tema. Analisando a página, pode-se notar que o local onde ocorriam as maiores discussões era na coluna denominada *Crônicas de Capoeiragem* escrita por Pedro Abib, professor da UFBA, músico e capoeirista, focadas em histórias, casos, experiências, críticas e opiniões sobre o universo da capoeira. Uma de suas crônicas que obteve um dos maiores números de acessos (776) e de comentários, intitulava-se *Capoeira: esporte olímpico???* Com data de publicação de 23/03/2011, aborda a capoeira como um estilo de vida, uma expressão do povo brasileiro e não um mero esporte competitivo, que minimizaria sua tradição e memória.

Os primeiros comentários (cerca de 80% do total analisado), tendiam a concordar com o autor que, caso a capoeira fosse convertida em um esporte olímpico, o que seria ressaltado na luta focaria apenas a espetacularização conferida às artes marciais – no sentido de que o futuro de um atleta depende de sua visibilidade no cenário esportivo para receber patrocínios de empresas que pegam carona com tal visibilidade – e não o sentimento que um capoeirista coloca durante a luta. Para justificar seus argumentos, os usuários dão exemplos de como tal cultura está ameaçada pela existência de vários outros sentidos que diferem de seu principal e tradicional, de uma cultura que agrega sentidos à vida em sociedade. Para eles, a despeito de práticas que realmente exaltaríamos suas origens e

reflexões - como sua inserção nas aulas de educação física das escolas - pensar na inserção da capoeira na arena competitiva, banalizaria seus sentidos de contribuição para a comunidade, para focar num jogo de superioridade individual e atribuição de regras que feriria sua essência histórica e ritualística, e de nada exaltariam sentimentos idiossincráticos, como alegria, coragem, autocontrole, disciplina etc. Porém, os últimos comentários demonstram como a opinião do emissor pode ser confrontada conforme o diálogo se desenrola e os argumentos são expostos. Cerca de 20% dos comentários colocam algumas idéias contrárias à fala do emissor, afirmando que a capoeira vista de uma maneira diferente do seu sentido tradicional não implicará necessariamente na perda de sua essência e no abandono de suas peculiaridades, e que a forma como as pessoas se relacionam com a cultura reflete a atual sociedade, que permanece rodeada de uma pluralidade de sentidos e segmentos de atuação. Foi possível acompanhar discussões enriquecedoras quanto ao assunto proposto, ora demonstrando posições contrárias ao do emissor, ora as apoiando e acrescentando argumentos. Apesar da não-manifestação do emissor da mensagem, quanto as suas posições contrárias ou a favor dos argumentos propostos, nota-se o potencial reflexivo dos comentários, onde os usuários se expressaram de forma livre e criativa, e suas reflexões contribuíram para a ampliação do capital social da comunidade. O diálogo demonstra o interesse dos usuários no debate de temas contemporâneos, e sua preocupação com as vicissitudes da globalização, além de atender ao objetivo do portal de divulgar a capoeira e discutir suas manifestações de forma democrática e participativa.

O outro caso analisado foi o do portal *Overmundo*. O site permite que se conheçam culturas presentes em todo território nacional, sem custo e em curto espaço de tempo, possibilitando o acesso a um conteúdo variado de informações através de alguns cliques de mouse. O site apresenta um enorme banco de dados de manifestações culturais de todo o país, que não tem espaço em meio

à maioria das mídias, oferecendo subsídios para a pesquisa e divulgação dos vários formatos assumidos pela cultura brasileira, pois reúne em um só lugar conteúdos que remetem a manifestações culturais distribuídas em diversos portais dispersos pela rede. Um dos processos comunicativo analisado referia-se a uma música divulgada pelo grupo *Clara Bóia*, de Blumenau – SC e teve 171 *downloads*. Apesar do diálogo não conferir uma reflexão sobre determinado conteúdo relacionado às características culturais, é importante observar as diferentes localidades dos usuários – Ribeirão Preto, São Paulo, Blumenau, Salvador, Rio de Janeiro – demonstrando seu potencial em mediar a interação entre usuários de diversas regiões do país. O portal disponibiliza ferramentas que permitem a qualquer pessoa participar do mesmo espaço colaborativo de conteúdos, sendo os próprios usuários que produzem, editam e selecionam o que será veiculado, através de arquivos textuais, sonoros, iconográficos e audiovisuais. Essa é principal característica que o difere dos outros portais analisados. O conteúdo do portal é organizado de forma hierárquica através dos tipos de suporte e do local de origem, além de permitir a busca de conteúdo através de palavras-chave. O usuário, ao disponibilizar um conteúdo, é vinculado a uma UF e a uma cidade brasileira, além de a uma grande categoria, como música, poesia ou cinema; o resto são *tags* digitadas livremente. O portal possui recursos que ajudam no processo de experiência do usuário, auxiliando a identificar onde ele se encontra, além de permitir uma navegação rápida aos diversos locais da plataforma^{vii}. Os usuários precisam se cadastrar para escrever o que quiserem nas seções do portal.

Quando se tem a união de várias comunidades que trabalham espalhadas por todos os estados do país, pode-se contribuir para a visibilidade da cultura regional a um nível nacional. O poder de mobilização social é favorecido através da prática comunicacional descentralizada em torno de interesses comuns, que não são oferecidos por uma instância maior, mas construídos através de um

constante jogo de interesses individuais que interagem até chegar a um interesse comum – pelo menos para a maioria que representa a comunidade. O conteúdo construído de forma descentralizada, entretanto, como em qualquer outra formação comunitária, necessita de algumas políticas quanto à entrada de dados e a disponibilização de conteúdo. Todo conteúdo disponibilizado está sob uma licença *Creative Common*, uma tendência que luta para ser uma das principais realidades no ciberespaço, pela qual os usuários cedem alguns direitos de seu produto para toda a comunidade, que dizem respeito à aceitação de que as informações disponibilizadas possam ser editadas e recriadas, desde que essas práticas não tenham objetivos comerciais e que haja uma referência que remeta ao seu mediador. Ou seja, todo o conteúdo do site é de responsabilidade dos próprios usuários.

Na medida em que as TICs possibilitam o conhecimento de muitas realidades, permitindo que se empreenda uma visão mais crítica da sua própria vida em sociedade, elas também permitem que indivíduos ajam em grupo para reivindicar mudanças para uma sociedade mais ética, permitindo assim que lugares antes esquecidos possam ter seus direitos de cidadania ouvidos. A partir da análise comparada, é possível construir uma visão mais crítica das várias interpretações da realidade política e social, tanto nas comunidades em que vivemos como no exterior. É verdade que as intervenções sociais muitas vezes não alcançam as proporções que poderiam, mas ainda assim a união comunitária virtual traz consigo possibilidades antes inimagináveis. A forma como se tem acesso às informações vem se diversificando e esse fator traz consigo uma variedade de possibilidades aos usuários. As TICs trazem consigo novas possibilidades para que comunidades disponibilizem seus conteúdos culturais e criem diversificadas formas de interação a partir deles. Esses sistemas simbólicos medeiam o desenvolvimento social dos indivíduos, através de recortes do real e da aproximação interpessoal.

5. Considerações Finais

Devemos lembrar que, para Habermas, a racionalidade não é expressão de alguma entidade abstrata, nem atributo da sociedade como um todo, mas um processo que, a qualquer instante, pode ser desencadeado pela disposição e capacidade dos parceiros da interação, de sustentar discursivamente suas posições mediante argumentos. Assim, a capacidade discursiva é traduzível precisamente na disposição a praticá-la: “do ponto de vista dos atores da ação comunicativa isso implica o que Habermas, num empréstimo da Lingüística, denomina ‘competência comunicativa’”. (COHN: 1993, p. 69) Os atores são, portanto, portadores de processos de aprendizado: são produtos de um processo de formação de sujeitos, considerados como tais por terem adquirido, nesse processo, consciência — capacidade reflexiva que permite ao sujeito apreender o mundo na sua relação com ele.

As redes sociotécnicas instalam uma forma comunicativa constituída de fluxos e trocas de informações “de todos para todos”. Desse modo, como observa Alberto Melucci (2001), o mundo contemporâneo coloca à disposição dos indivíduos uma gama inédita de recursos simbólicos que estendem seu potencial de individuação. Assim, para garantir a própria integração, a sociedade não pode ficar restrita à regulação da apropriação/distribuição de recursos, devendo estender seu controle sobre os níveis simbólicos das ações — as esferas que constituem o sentido e a motivação do agir. O conhecimento torna-se um recurso fundamental para os atores conflituais: permite revelar a natureza real das relações sociais por trás das aparências que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. Nas sociedades sempre mais complexas, a cultura torna-se o terreno por excelência dos conflitos.

O conhecimento é um recurso fundamental para os novos atores conflituais, seja porque, em torno dele, são desencadeados conflitos importantes (apropriação e controle de formas de conhecimento, de informações, de instrumentos, de produção e circulação de saber), seja porque o conhecimento é a condição para revelar a natureza real das relações sociais ao elevado conteúdo simbólico, próprios das sociedades complexas, por trás da aparência que os aparatos dominantes tendem a impor à vida coletiva. A oposição se faz, por isso, sempre mais “cultural”, feita de linguagens e de símbolos antagonistas, construída na capacidade de apropriar-se de um conhecimento não manipulado [...] Sair da ideologia e produzir conhecimento (conhecimento, capacidade de análise, capacidade de comunicação, auto-reflexibilidade) torna-se um recurso chave para a ação coletiva (MELUCCI: 2001, p. 142).

Essas observações emprestam novas dimensões à idéia de uma “divisória digital”, tal qual apontada por Castells. Para ele, o elemento de divisão social mais importante nesse momento é a capacidade educativa e cultural de utilizar a internet. Considerando-se que o conhecimento está na rede, mas que é um conhecimento codificado, “trata-se antes de saber onde está a informação, como buscá-la, transformá-la em conhecimento específico para fazer aquilo que se quer fazer”. (CASTELLS: 2003, p. 266). Trata-se da capacidade de “aprender a aprender”, de localizar e utilizar efetivamente o conhecimento, e que está desigualmente distribuída, estando ligada à origem social, à origem familiar, ao nível cultural, ao nível de educação.

Nos termos habermasianos, portanto, o desafio em transformar as redes sociotécnicas num espaço público comunicativo consiste em possibilitar aos indivíduos e grupos a condição de acesso aos conhecimentos necessários e autonomia para a construção de

suas competências comunicativas. É o que, em outras palavras, Alberto Melucci aponta:

Os espaços de produção do conhecimento são espaços “políticos” nos quais se encontram e se desencontram demandas provenientes dos atores sociais e exigências do sistema. Do mesmo modo, são espaços que caracterizam e difundem informações. Eles fazem parte daquele espaço público no qual podem ocorrer a participação e a representação das identidades coletivas. Na condição, porém, de que permanecem como espaços abertos ao confronto e à negociação dos interesses. Isso advém quando é reconhecida e salvaguardada a autonomia da função que desenvolvem (MELUCCI: 2001, p. 143).

A idéia de esfera pública habermasiana, vinculada à autonomia dos sujeitos, na qual se desenha a possibilidade de se alcançarem livremente consensos racionais, ainda mantém, portanto, um valor simultaneamente compreensivo e crítico em relação à realidade. A perspectiva de Habermas oferece os fundamentos para um pensamento social que seja simultaneamente crítico das condições existentes e voltado para perceber-se uma emancipação possível dos atores. No que diz respeito às políticas culturais/políticas de comunicação e informação, pode servir para aferir em que medida elas contribuem para constituir a autonomia dos sujeitos no “mundo da vida” ou, ao contrário, enquadrá-los sob as formas de controle do “mundo dos sistemas”. No Brasil contemporâneo, é possível fazer uma leitura nessa perspectiva das disputas que se desenrolam no campo das políticas públicas culturais. Alguns dados e observações empíricas desse processo já foram (ALMEIDA & FERNANDES, 2011) e estão sendo sistematizados, e, esperamos, servirão de subsídios, junto com as reflexões aqui desenvolvidas, para um próximo trabalho.

Referências bibliográficas

- ADORNO, Theodor W. ; HORKHEIMER, Max. *Dialética do Esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ALMEIDA, Marco Antônio de. Mediações tecnossociais e mudanças culturais na Sociedade da Informação. *Em Questão*, Porto Alegre, v. 16, n. 1, p. 113-130, jan/jun. 2010.
- ALMEIDA, Marco A.; FERNANDES, João R. F. Memória, Cultura Popular e Tecnologias de Informação e Comunicação. Trabalho apresentado no I Conferência de Tecnologia, Cultura e Memória (CTCM). Recife: PPGCI/UFPE - LIBRE, 2011. 10 p., mimeo.
- BURKE, Peter & BRIGGS, Asa. *Uma história social da Mídia: de Gutenberg à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.
- CANCLINI, Néstor García. *Leitores, espectadores e internautas*. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CASTELLS, Manuel. *O poder da Identidade* (a era da informação: economia, sociedade e cultura vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____, Internet e sociedade em rede. In: MORAES, Denis de (Org.) *Por uma outra comunicação: mídia, mundialização cultural e poder*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 255-287.
- COHN, Gabriel. A teoria da ação em Habermas. In: CARVALHO, Maria do Carmo Brant (org.) *Teorias da ação em debate*. São Paulo: Cortez, 1993, p. 65-78.
- COSTA, Rogério da. Por um novo conceito de comunidade: redes sociais, comunidades pessoais, inteligência coletiva. *Interface – Comunic., Saúde, Educ.*, v.9, n.17, p.235-48, mar/ago 2005.

- DOMINGUES, José Maurício. *Teorias sociológicas no século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- ECO, Umberto. *Apocalípticos e integrados*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- FELICE, Massimo Di. *Do público para as redes: a comunicação digital e as novas formas de participação social*. São Caetano do Sul (SP): Difusão Editora, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como ideologia. In: *Os Pensadores* (Benjamin, Adorno, Horkheimer, Habermas). São Paulo: Abril Cultural, 1980, p. 313-343.
- _____, *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- _____, Um perfil filosófico-político (entrevista à Perry Anderson e Peter Dews). *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, set. 1987, p. 77-102.
- _____, *A inclusão do outro: estudos de teoria política*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In: SOVIK, Liv (Org.) *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, p. 387-404.
- _____, *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- HONNETH, Axel. Teoria crítica. In: GIDDENS, A. e TURNER, Jonathan (Orgs.) *Teoria social hoje*. São Paulo: Ed. UNESP, 1999, p.503-552.
- KEANE, John. Transformações estruturais da esfera pública. *Comunicação & Política*, v. 8, n. 2, mai-ago 1996. Rio de Janeiro: CEBELA, p. 6-28.

- MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1997.
- MELUCCI, Alberto: *A invenção do presente: movimentos sociais nas sociedades complexas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2001.
- OVERMUNDO. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br>>. Acesso em: 06/07/2011.
- PORTAL da Capoeira: Disponível em: <<http://portalcapoeira.com/>>. Acesso em: 05/07/2011.
- RECUERO, Raquel. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- RÜDIGER, Francisco. *Introdução às teorias da comunicação: problemas, correntes e autores*. São Paulo: Edicon, 2003.
- SOUZA, Jessé. Habermas e o Brasil: alguns mal-entendidos. In: WAIZBORT, Leopoldo (Org.) *A ousadia crítica: ensaios para Gabriel Cohn*. Londrina, Ed. UEL, 1998a, p. 141-160.
- _____, De Goethe a Habermas: auto-formação e esfera pública. *Lua Nova*, n. 43. São Paulo: CEDEC, 1998b, p. 25-59.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

Notas

¹ Os críticos de Habermas têm abordado vários aspectos de sua teoria, seja do ponto de vista das escolhas e apropriações teóricas que o autor realizou, seja por conta de aspectos históricos e empíricos considerados descuidados em sua análise. Um conjunto significativo dessas críticas, especialmente relativas à leitura e interpretação numa chave lingüística da psicanálise e na apropriação de Freud é sistematizada por SOUZA (1998b). A concepção dual de sociedade, dividida em

“sistemas” X “mundo da vida”, por sua vez, tem recebido críticas na medida em que sinaliza um risco de cair nas tentações racionalizantes da teoria dos sistemas, deixando de lado o potencial real das abordagens teórico-comunicativas (HONNETH, 1999). O próprio Habermas esboçou respostas a essas críticas, incorporando parte delas em trabalhos posteriores (como pode ser visto, por exemplo, em HABERMAS, 1987 e 2002). As considerações críticas relativas à reconstrução histórica proposta por Habermas serão abordadas adiante.

ⁱⁱ Os autores descrevem outras configurações sócio-históricas que poderiam ser consideradas precursoras, em alguma medida, da esfera pública analisada por Habermas: o contexto da Reforma Alemã na década de 1520, as revoluções norte-americana e francesa, as guerras civis na Holanda e na França, notando uma série de circunstâncias similares, nas quais “as elites envolvidas nos conflitos mais acirrados apelaram para o povo — e nos quais a mídia, especialmente a imprensa, ajudou a elevar a consciência política. Em cada situação uma crise levou a um debate vivo, mas relativamente curto, que pode ser descrito como o estabelecimento de uma esfera pública temporária ou conjuntural” (BRIGGS & BURKE, 2004, p. 109).

ⁱⁱⁱ Podem ser mencionados aqui os trabalhos pioneiros de Marshal McLuhan, Edgar Morin, Umberto Eco e dos autores vinculados à corrente dos *Cultural Studies*, todos ainda na década de 1960, até autores que despontarão na década de 1980, com os debates em torno da questão do “pós-moderno”, como Gianni Vattimo, Jean-François Lyotard e Jean Baudrillard, entre outros.

^{iv} O modelo clássico é aquele proposto por Shannon & Weaver, amplamente complementado e criticado por diversas teorias de comunicação. Para uma exposição sintética e sistemática, ver RÜDIGER, 2003.

^v Com relação aos movimentos sociais, suas características e organização, vide MELUCCI (2001); sobre a apropriação cultural e políticas das TICs por partes destes movimentos, vide CASTELLS (1999); acerca da performance comunicativa e cultural dos indivíduos e grupos, ver YÚDICE (2006).

^{vi} Embora a definição de “políticas culturais” merecesse uma discussão à parte, que não pode ser contemplada no escopo desse texto, estamos entendendo o conceito como o conjunto de ações que visam organizar e/ou regular a cultura, buscando produzir determinados “efeitos” (formação cultural, solidariedade, reforço da auto-estima identitária, geração de renda, etc.) nos indivíduos e nos grupos, exercendo-se no âmbito do Estado ou fora dele.

^{vii} Títulos e subtítulos se alteram em fontes e tamanhos que facilitam a leitura, além das cores predominantes combinarem tons de azul, branco e cinza, garantindo boa legibilidade e boa hierarquização do conteúdo. O portal ainda possui botões de votação, de forma rápida e intuitiva, que garantem a interação entre usuários e determinam a organização do conteúdo na página, além de apresentar elementos que permitem a visualização clara de quem é responsável pelas contribuições (permitindo assim uma maior interação entre usuários).